



CONFLITOS,  
DIVERSIDADE E  
INCLUSÃO

## CONFLITOS, DIVERSIDADE E INCLUSÃO

Entendemos educação como um movimento orgânico e harmônico, um constante nascer, um aparecer, um eterno tornar-se, um devir na sua mais alta potencialidade. (REYES, Da Educação). Ou seja, educação não é um conceito ideal e imutável. O que se entendia ontem sobre educação pode não mais ser válido hoje. Aurélio falava de integração; hoje falamos de inclusão. Vivemos hoje, no Brasil, numa sociedade democrática, capitalista e de uma consciência de vida como nunca antes se viu. Todos estes fatores reunidos acabam gerando um campo propício para a chamada inclusão social. Seja por ideais ou por motivos financeiros ou mesmo morais, a verdade é que existe uma tendência a incorporar (incluir) todas as pessoas na vida social, principalmente nas grandes cidades. Quanto maior o número de elementos, maior fica o conjunto.

A inclusão, muito mais do que submeter (que geralmente é feito pelo uso da força), é abranger, acolher. A tendência hoje é de uma sociedade inclusiva, porque, pelos valores que seguimos na atualidade, é a via que melhor satisfaz ao indivíduo em particular e à sociedade em geral. Quando o indivíduo está e se sente incluído, têm mais chances de vencer na vida, por se sentir mais seguro e ter de fato mais oportunidades. Por sua vez, uma sociedade onde seus cidadãos conseguem se realizar, como indivíduos, tem mais chance de sucesso e estabilidade. Para construir uma sociedade com mais aceitação, mais amor, mais cuidado e compaixão, devemos nos esforçar por incluir, acolher a todos, sem exceção. “Acreditamos que as comunidades com diversidade sejam mais ricas, melhores e lugares mais produtivos para viver e aprender. Acreditamos que comunidades inclusivas tenham a capacidade de criar o futuro. Queremos uma vida melhor para todos. Queremos a inclusão!” (Forest).

Os conflitos no espaço escolar estão muitas vezes relacionados a dificuldades na convivência entre o grupo de alunos e entre professores e alunos. Tais conflitos podem ser permeados por violências, desse modo essas situações podem instalar no espaço escolar um mal-estar que compromete a boa convivência. O dispositivo de mediação escolar foi inspirado nos princípios metodológicos da Pedagogia Social e na Teoria do Risco Psicossocial e se inscreve como uma tecnologia social aplicada ao contexto educacional. Assim, por meio do dispositivo da mediação, a pesquisa pretendeu atuar junto às dificuldades relacionais entre professor-aluno, entre funcionário-aluno e entre aluno-aluno, tendo como agentes mediadores alunos da escola, pais e professores devidamente preparados pra essa função. Resta saber se a partir da experiência da mediação de conflitos, a escola passa a ser um ambiente mais acolhedor; se contribui para a diminuição da violência, proporcionando assim a inclusão de crianças e adolescentes, e se harmoniza

o clima do ambiente escolar. A mediação deve ter um caráter inovador, que se constitui em um elemento de fortalecimento dos próprios alunos. O dispositivo de mediação mostra-se como um recurso simbólico da educação que permite aos adolescentes em dificuldade no espaço escolar encontrarem um espaço de fala e de aquisição de oportunidades. A mediação de conflitos deve refletir em todo o espaço escolar, promovendo a boa convivência, a consolidação da cidadania, da cultura da paz, associada à gestão participativa em relação à violência escolar. Antes do século XX não existia a idéia de inclusão, a maioria das pessoas (principalmente mulheres, deficientes físicos e mentais, de outras raças que não a branca, e pobres) não tinha o direito ou as condições mínimas para freqüentarem a escola. No século XX, começa a chamada segregação (isolar, separar), mais pessoas têm acesso à escola, porém dificilmente se misturam com os alunos representantes da classe dominante. Na segunda metade do século surgem as “escolas especiais” (que atendem crianças “deficientes”) e

mais tarde as classes especiais dentro das “escolas comuns”. Surge assim, a separação de dois sistemas educacionais, por um lado a educação comum e do outro a educação especial. Já na década de 70, aparece a integração. As escolas comuns aceitavam alguns alunos, antes rejeitados ou marginalizados, que poderiam freqüentar classes comuns desde que conseguissem adaptar-se (o que na prática raramente acontecia). Em termos legais tínhamos “preferencialmente na rede regular de ensino”.

Finalmente chegamos aos anos 90, e com eles a inclusão. Só há um tipo de educação, e ela é para todos sem restrição nem separação. LEIS QUE GARANTEM A EDUCAÇÃO INCLUSIVA Hoje, nós podemos afirmar que o Brasil tem um arcabouço legal muito avançado, no que se refere à garantia dos direitos das pessoas com necessidades educativas especiais. Na área da educação podemos destacar:

- \_ A Constituição Federal (1988), Art. 208.
- \_ A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9394/1996



\_ A Lei da Pessoa Portadora de Deficiência, Lei nº 7853/1989

\_ O Decreto nº 3298/1999, que regulamenta a Lei 7853

\_ A Lei nº 10098/2000, sobre a acessibilidade.

\_ As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (MEC/2000)

Todas essas leis e decretos determinam que a educação das pessoas com necessidades educativas especiais deve ser oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino e só extraordinariamente em escolas especiais, para aqueles alunos que requeiram apoios intensos e permanentes, que a escola comum não consegue prover.

A escola inclusiva deve ser aberta, eficiente, democrática, solidária e que se organiza para atender alunos não apenas ditos “normais”, mas também os portadores de deficiências, a começar por seu próprio espaço físico e acomodações. Salas de aula, bibliotecas, pátio, banheiros, corredores e outros ambientes são elaborados e adaptados

em função de todos os alunos e não apenas daqueles ditos normais.. Mas, o principal pré-requisito não reside nos recursos materiais, já difíceis de serem obtidos por todos os estabelecimentos de ensino. O principal suporte está centrado na filosofia da escola, na existência de uma equipe multidisciplinar eficiente e no preparo e na metodologia do corpo docente. Está nosso sistema educacional preparado para acolher a diferença em suas salas de aula? Como acolher o aluno com necessidades especiais se não se consegue lidar saudavelmente com as diferenças inerentes à própria existência humana? A Inclusão Escolar depende antes de tudo de um reconhecimento humilde por parte da Escola e da Sociedade, da qual aquela faz parte, da necessidade de se educarem a si mesmas para lidar com a diferença, antes de criarem técnicas, estratégias ou métodos. A meta tem que se basear num enfoque equilibrado, onde, de um lado, não se alimente a segregação do aluno com necessidades especiais, colocando-o em uma sala distanciada,



e de outro, não se queira incluí-lo na classe regular, passando por cima de suas características e do que precisa em relação tanto ao espaço físico como de atendimento profissional especializado e multidisciplinar. Cláudia Werneck, idealizadora e presidente da Escola de Gente – Comunicação em Inclusão acredita que incluir não é simplesmente colocar para dentro quem está fora. “O conceito de inclusão nos ensina não a tolerar, respeitar ou entender a deficiência, mas sim a legitimá-la, como condição inerente ao ‘conjunto humanidade’. Uma sociedade inclusiva é aquela capaz de contemplar sempre, todas as condições humanas, encontrando meios para que cada cidadão, do mais privilegiado ao mais comprometido, exerça o direito de contribuir com seu melhor talento para o bem comum.”, analisa. A Escola de Gente nasceu em 2000 e trabalha para transformar a sociedade em um ambiente inclusivo, por meio de ações de direito e de comunicação.

Em países desenvolvidos é cada vez mais freqüente a presença na vida socialmente ativa de pessoas que antes eram excluídas e/ou marginalizadas.

Por outro lado, nos países em desenvolvimento os avanços têm sido menos acentuados, parcialmente devido ao custo financeiro que determinadas mudanças exigem. No entanto, ao redor do mundo há atualmente uma mudança significativa na concepção de inclusão social. DIVERSIDADE A escola é um espaço público para a convivência fora da vida privada, íntima, familiar. Ao nos capacitarmos para a convivência participativa na escola, participamos de um processo de aprendizagem que também nos ensina como participar do restante da vida social. Um ponto de partida para que exista o respeito à diversidade na escola é aceitarmos que os agentes que interagem na escola têm interesses, visões de mundo e culturas diferentes e nenhum de nós tem o monopólio da verdade, da inteligência e da beleza. Daí a necessidade de negociações permanentes para que todos façam concessões, e todos tenham ao menos parte dos seus interesses e valores contemplados no espaço público da escola.

Para que haja respeito à diversidade na escola é necessário que todos sejam reconhecidos como iguais em dignidade e em direito. Em outras palavras, ao considerarmos que os seres humanos dependem do reconhecimento que lhes é dado, estamos reconhecendo que a identidade do ser humano não é inata ou pré-determinada, e isso nos torna mais críticos e reflexivos sobre a maneira como estamos contribuindo para a formação das identidades dos nossos alunos. Como ainda nos ensina Taylor (1994: 58), “a projeção sobre o outro de uma imagem inferior ou humilhante pode deformar e oprimir até o ponto em que essa imagem seja internalizada”. E não “dar um reconhecimento igualitário a alguém pode ser uma forma de opressão”. Porém, quando afirmamos que “todos os seres humanos são igualmente dignos de respeito” (Taylor, 1994: 65), isso não pode significar que devemos deixar de considerar as inúmeras formas de diferenciação que existem entre os indivíduos e grupos.

A política do reconhecimento e as várias concepções de multiculturalismo nos ensinam, enfim, que é necessário que seja admitida a diferença na relação com o outro. Isto quer dizer tolerar e conviver com o outro. A democracia é uma forma de viver em negociação permanente tendo como parâmetro a necessidade de convivência entre os diferentes, ou seja, a tolerância. Mas para valorizar a tolerância entre os diferentes temos que reconhecer também o que nos une.



Referências bibliográficas:

[http://bdt.d.ibict.br/vufind/Record/UCB\\_d18466f044ba947ad2efb845bbc4bdd8](http://bdt.d.ibict.br/vufind/Record/UCB_d18466f044ba947ad2efb845bbc4bdd8)

<http://educacao.uol.com.br/disciplinas/geografia/sociedade-relacoes-sociais-diversidade-e-conflitos.htm>

<http://www.espacoacademico.com.br/042/42wlap.htm>

<http://websmed.portoalegre.rs.gov.br/escolas/liberato/psicologia/INCLUSA0>

